

## BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 136 - NOVEMBRO DE 2020

### SUMÁRIO

#### LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Ordinárias.....	2
Leis Complementares.....	2
Decretos.....	3

#### LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	4
Decretos.....	4

#### PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Portarias.....	6
Pareceres.....	6

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO  
Luiz Dagoberto Côrrea Brião

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA  
ASSUNTOS JURÍDICOS  
Marcelo Mendes

GOVERNO DE  
**SANTA CATARINA**



## LEGISLAÇÃO ESTADUAL

### LEIS ORDINÁRIAS

#### LEI Nº 18.008

##### 5 DE OUTUBRO DE 2020

Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Secretaria de Estado da Educação. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.009

##### 6 DE OUTUBRO DE 2020

Veda a utilização de animais no desenvolvimento, experimento e testes de produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.010

##### 6 DE OUTUBRO DE 2020

Altera a Lei nº 16.720, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre denominação de bens públicos no âmbito do Estado de Santa Catarina”, com o fim de incluir hipóteses de vedação de denominação àqueles que especifica. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.011

##### 6 DE OUTUBRO DE 2020

Institui a Política Estadual de Incentivo à Reinserção Social de Apenados e Egressos do Sistema Prisional, no âmbito do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.012

##### 6 DE OUTUBRO DE 2020

Denomina José Manoel Agostinho a ponte sobre o Canal da Barra da Lagoa, no Município de Florianópolis ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.013

##### 6 DE OUTUBRO DE 2020

Altera a Lei nº 16.733, de 2015, que “Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de

utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”, para adequação com a Lei federal nº 9.790, de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OS-CIPs). ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.014

##### 6 DE OUTUBRO DE 2020

Dispõe sobre a excepcional hospedagem de profissionais da saúde pública em hotéis, pousadas ou espaços de alojamento similares, por requisição do Estado, durante o período de calamidade pública resultante da pandemia de COVID-19. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.015

##### 6 DE OUTUBRO DE 2020

Denomina Tenente Coronel Renato Leandro de Medeiros o edifício sede do 15º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina, no Município de Caçador. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.018

##### 9 DE OUTUBRO DE 2020

Institui a Política Estadual para a População Migrante, dispõe sobre seus objetivos, princípios, diretrizes e ações prioritárias no Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.019

##### 13 DE OUTUBRO DE 2020

Altera a Emenda Parlamentar de Relator nº 815 ao Anexo I da Lei nº 17.875, de 2019, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2020, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.020

##### 19 DE OUTUBRO DE 2020

Institui a rota turística Caminhos da Beata Albertina no Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.021

##### 19 DE OUTUBRO DE 2020

Confere ao Município de São Martinho o título de Capital Catarinense das Bolachas Artesanais, bem como altera o Anexo Único da Lei nº 16.722, de 2015, que “Consolida as Leis que conferem denominação adjetiva aos Municípios catarinenses”, para o fim de neste incluir o referido Município. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.022

##### 19 DE OUTUBRO DE 2020

O Município de Gaspar fica reconhecido como Capital Catarinense da Moda Infantil. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.023

##### 22 DE OUTUBRO DE 2020

Proíbe a utilização de bórax na confecção de gelecas, slimes e produtos similares, destinados a crianças. ([Inteiro teor](#))

#### LEI Nº 18.024

##### 22 DE OUTUBRO DE 2020

Estabelece normas para evitar a propagação de doenças transmitidas por vetores – febre amarela (*Aedes albopictus*) e dengue (*Aedes aegypti*) no Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

## LEGISLAÇÃO ESTADUAL

### LEIS COMPLEMENTARES

#### LEI COMPLEMENTAR 765

##### 7 DE OUTUBRO DE 2020

Regulariza a remuneração dos integrantes das carreiras pertencentes às instituições que constituem a Secretaria de Estado da Segurança Pública, institui o Regime Remuneratório Especial dos Militares Estaduais e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 874****01 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera o anexo único do decreto nº 1.323, de 2012, que aprova a classificação da despesa pública para o estado de Santa Catarina e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 875****01 DE OUTUBRO DE 2020**

introduz as alterações 4.171 e 4.172 no ricms/sc-01 ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 879****02 DE OUTUBRO DE 2020**

Inclui no plano rodoviário estadual (pre), aprovado pelo decreto nº 759, de 2011, o trecho da rodovia sc-401, localizado entre o trevo da seta e o entroncamento com a sc-405 (para campeche), e o trecho de acesso ao aeroporto internacional Hercílio Luz, localizado entre o entroncamento com a sc-401 e o aeroporto internacional Hercílio Luz. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 880****02 DE OUTUBRO DE 2020**

Inclui no plano rodoviário estadual (pre), aprovado pelo decreto nº 759, de 2011, a rodovia sc-467, trecho entroncamento sc-150 (para ouro) - entroncamento acesso cidade alta/capinzal (contorno rodoviário ouro/capinzal) ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 881****06 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera o decreto nº 532, de 2020, que dispõe sobre suspensão e prorrogação de prazos no âmbito da administração tributária estadual e estabelece outras providências ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 882****06 DE OUTUBRO DE 2020**

Inclui no plano rodoviário estadual (pre), aprovado pelo decreto nº 759, de 2011, o contorno rodoviário do município de garuva. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 883****06 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera e inclui no plano rodoviário estadual (pre), aprovado pelo decreto nº 759, de 2011, a nova diretriz da rodovia sc-477, no trecho localizado entre o distrito de moema (em itaiópolis) e doutor pedrinho; exclui do pre a diretriz antiga deste trecho, que passa pela localidade de bonussuco (em itaiópolis) e inclui no pre a rodovia sc-112, no trecho localizado entre o distrito de volta grande e o entroncamento com a rodovia sc-477 em rio negrinho. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 884****08 DE OUTUBRO DE 2020**

Cria a 11ª delegacia de polícia da capital, localiza-

da no aeroporto internacional Hercílio Luz, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 885****09 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera a programação físico-financeira do plano plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela lei nº 17.874, de 2019 ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 888****09 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera a programação físico-financeira do plano plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela lei nº 17.874, de 2019 ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 890****14 DE OUTUBRO DE 2020**

Prorroga o prazo do estado de calamidade pública declarado por meio do decreto nº 562, de 2020 ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 894****18 DE OUTUBRO DE 2020**

Decreta luto oficial ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 895****19 DE OUTUBRO DE 2020**

Introduz a alteração 4.118 no ricms/sc-01. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 896****19 DE OUTUBRO DE 2020**

Regulamenta a lei nº 17.695, de 2019, que institui o selo santa catarina por uma nova vida destinado ao reconhecimento daqueles que contribuem para o aumento do número de doadores de órgãos e tecidos para o desenvolvimento técnico-científico em transplantes. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 897****19 DE OUTUBRO DE 2020**

Homologa situação de emergência no município que menciona. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 899****20 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera o decreto nº 1.106, de 2017, que regulamenta, no âmbito do poder executivo estadual, a lei federal nº 12.846, de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 900****20 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera o anexo único do decreto nº 144, de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das fun-

ções de confiança dos órgãos e das entidades da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional e estabelece outras providências ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 901****20 DE OUTUBRO DE 2020**

Homologa a resolução nº 05, de 2020, da junta comercial do estado de Santa Catarina (jucesc), que determina os valores a serem praticados na comercialização de informações dos dados cadastrais da JUCESC e dá outras providências. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 902****21 DE OUTUBRO DE 2020**

Dispõe sobre o sistema administrativo de gestão documental e publicação oficial e estabelece outras providências ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 903****21 DE OUTUBRO DE 2020**

Dispõe sobre o grupo gestor de governo (ggg) e estabelece outras providências ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 905****22 DE OUTUBRO DE 2020**

Revoga dispositivos do ricms/sc-01. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 906****26 DE OUTUBRO DE 2020**

Dispõe sobre o fundo de aval do estado de santa catarina ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 908****26 DE OUTUBRO DE 2020**

Introduz as Alterações 4.175 a 4.180 no RICMS/SC-01 ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 909****26 DE OUTUBRO DE 2020**

Introduz a Alteração 4.181 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 910****26 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera o Decreto nº 3.148, de 2010, que regulamenta o processo de credenciamento de docente colaborador e fixa critérios para a concessão de honorários na Fundação Escola de Governo (ENA). ([Inteiro teor](#))

**DECRETO Nº 911****29 DE OUTUBRO DE 2020**

Estabelece calendário excepcional para processamento das promoções de oficiais e praças PM/BM para 25 de novembro de 2020. ([Inteiro teor](#))

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

### LEIS ORDINÁRIAS

**Nº 14.065**

**30 DE SETEMBRO DE 2020**

Autoriza pagamentos antecipados nas licitações e nos contratos realizados no âmbito da administração pública; adequa os limites de dispensa de licitação; amplia o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 14.066**

**30 DE SETEMBRO DE 2020**

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração). ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 14.067**

**01º DE OUTUBRO DE 2020**

Abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Saúde, no valor de R\$ 4.489.224.000,00 (quatro bilhões, quatrocentos e oitenta e nove milhões, duzentos e vinte e quatro mil reais), para o fim que especifica. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 14.068**

**01º DE OUTUBRO DE 2020**

Abre crédito extraordinário em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$

20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais), para o fim que especifica; e dá outras providências.

([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 14.069**

**01º DE OUTUBRO DE 2020**

Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Crime de Estupro. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 14.070**

**13 DE OUTUBRO DE 2020**

Estabelece que as carteiras de identidade funcional de policial legislativo emitidas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal constituem prova de identidade e têm validade, para todos os fins de direito, em todo o território nacional. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 14.071**

**13 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para modificar a composição do Conselho Nacional de Trânsito e ampliar o prazo de validade das habilitações; e dá outras providências. Mensagem de veto ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 14.072**

**13 DE OUTUBRO DE 2020**

Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação. Mensagem de veto ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 14.073**

**13 DE OUTUBRO DE 2020**

Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor esportivo a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020; e altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998, e 13.756, de 12 de dezembro de 2018. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 14.074**

**14 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, para criar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e o Ministério das Comunicações. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 14.075**

**22 DE OUTUBRO DE 2020**

Dispõe sobre a conta do tipo poupança social digital; e altera as Leis nos 13.982, de 2 de abril de 2020, e 14.058, de 17 de setembro de 2020. ([Inteiro teor](#))

**LEI Nº 14.076**

**28 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera as Leis nos 9.440, de 14 de março de 1997, 9.826, de 23 de agosto de 1999, e 7.827, de 27 de setembro de 1989, a fim de prorrogar incentivos fiscais para o desenvolvimento regional, na forma que especifica. ([Inteiro teor](#))

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

### DECRETOS

**DECRETO 10.500**

**30 DE SETEMBRO DE 2020**

Altera o Decreto nº 10.249, de 19 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2020. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO 10.501**

**30 DE SETEMBRO DE 2020**

Altera o Decreto nº 9.906, de 9 de julho de 2019, que institui o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Conselho do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Prêmio Nacional

de Incentivo ao Voluntariado e o Selo de Acreditação do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO 10.502**

**30 DE SETEMBRO DE 2020**

Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO 10.503**

**02 DE OUTUBRO DE 2020**

Prorroga a aplicação da redução das alíquotas de tributos de que tratam o Decreto nº 10.285, de 20 de março de 2020, o Decreto nº 10.302,

de 1º de abril de 2020, o Decreto nº 10.318, de 9 de abril de 2020, e o Decreto nº 10.352, de 19 de maio de 2020. ([Inteiro teor](#))

**DECRETO 10.504**

**02 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF. ([Inteiro teor](#))

### DECRETO 10.505

**02 DE OUTUBRO DE 2020**

Convoca a Décima Primeira Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.506

**02 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.507

**02 DE OUTUBRO DE 2020**

Autoriza a nomeação de candidatos aprovados no concurso público para o cargo de Auditor Fiscal Federal Agropecuário - Médico Veterinário, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.508

**02 DE OUTUBRO DE 2020**

Promulga o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal Democrática do Nepal, firmado em Brasília, em 3 de agosto de 2011.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.509

**06 DE OUTUBRO DE 2020**

Institui o Programa de Equipagem e de Modernização da Infraestrutura dos Órgãos, das Entidades e das Instâncias Colegiadas de Promoção e de Defesa dos Direitos Humanos, no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.510

**06 DE OUTUBRO DE 2020**

Institui o Fórum Brasileiro Antidopagem.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.511

**07 DE OUTUBRO DE 2020**

Revoga o Decreto nº 76.590, de 11 de novembro de 1975, o Decreto nº 98.996, de 2 de março de 1990, e o Decreto nº 99.255, de 15 de maio de 1990.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.512

**07 DE OUTUBRO DE 2020**

Revoga o Decreto nº 89.121, de 6 de dezembro de 1983, o Decreto nº 91.438, de 15 de julho de

1985, o Decreto nº 91.783, de 17 de outubro de 1985, e o Decreto nº 97.464, de 20 de janeiro de 1989.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.513

**08 DE OUTUBRO DE 2020**

Autoriza a nomeação de candidatos aprovados no concurso público para o cargo de Perito Criminal Federal, do Quadro de Pessoal da Polícia Federal.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.514

**08 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera o Decreto nº 9.853, de 25 de junho de 2019, que dispõe sobre a Comissão Interministerial Brasil 200 Anos.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.515

**08 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.516

**13 DE OUTUBRO DE 2020**

Promulga o Acordo-Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República de Cabo Verde sobre Cooperação em Matéria de Defesa, firmado em Praia, em 20 de outubro de 2016.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.517

**13 DE OUTUBRO DE 2020**

Prorroga os prazos para celebrar acordos de redução proporcional de jornada de trabalho e de salário e de suspensão temporária de contrato de trabalho e para efetuar o pagamento dos benefícios emergenciais de que trata a Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.518

**14 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.519

**14 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera o Decreto nº 6.464, de 27 de maio de

2008, que dispõe sobre a designação e atuação de adidos agrícolas junto a missões diplomáticas brasileiras no exterior.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.520

**15 DE OUTUBRO DE 2020**

Dispõe sobre as requisições de pessoal para a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.521

**15 DE OUTUBRO DE 2020**

Regulamenta o § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e o art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, que tratam do benefício fiscal concedido às empresas que produzem bens e serviços do setor de tecnologia da informação e de comunicação na Zona Franca de Manaus e que investem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.522

**19 DE OUTUBRO DE 2020**

Autoriza o emprego das Forças Armadas para a garantia da ordem pública durante a votação e a apuração das eleições de 2020.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.523

**19 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.524

**19 DE OUTUBRO DE 2020**

Dispõe sobre o Plano Sub-regional de Desenvolvimento Sustentável do Xingu e institui o seu Comitê Gestor.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.525

**20 DE OUTUBRO DE 2020**

Dispõe sobre a qualificação de empreendimento público do setor de mobilidade urbana no Estado de Minas Gerais no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

[\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.526

**20 DE OUTUBRO DE 2020**

Institui o Comitê Interministerial de Planejamento da Infraestrutura e o Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura no âmbito do Governo federal.

[\(Inteiro teor\)](#)

# LEGISLAÇÃO FEDERAL

## DECRETOS

### DECRETO 10.527

**22 DE OUTUBRO DE 2020**

Institui o Selo Biocombustível Social e dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o Programa de Integração Social e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social, incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, e sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.528

**22 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera o Decreto nº 10.171, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a passagem à disposição de militares das Forças Armadas. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.529

**22 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera o Decreto nº 10.255, de 27 de fevereiro de 2020, que convoca a Quinta Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.530

**26 DE OUTUBRO DE 2020**

Dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde

no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de elaboração de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.531

**26 DE OUTUBRO DE 2020**

Institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.532

**26 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.533

**26 DE OUTUBRO DE 2020**

Revoga o Decreto nº 10.530, de 26 de outubro de 2020, que dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.534

**26 DE OUTUBRO DE 2020**

Institui a Política Nacional de Inovação e dispõe

sobre a sua governança. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.535

**26 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera o Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.536

**28 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera o Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Comando do Exército do Ministério da Defesa. [\(Inteiro teor\)](#)

### DECRETO 10.537

**28 DE OUTUBRO DE 2020**

Altera o art. 154 do Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e o art. 1º do Decreto nº 10.413, de 2 de julho de 2020, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a prorrogar o período das antecipações de que tratam os art. 3º e art. 4º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020. [\(Inteiro teor\)](#)

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

### PORTARIAS

#### PORTARIA GAB/PGE 67/20

**16.10.2020**

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005, considerando o disposto na Portaria PGE/GAB nº 99/2017 e no Ofício nº 3092/2020-GP do Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de

Santa Catarina,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar os Procuradores do Estado Bruno de Macedo Dias e Diogo Marcel Reuter Braun para representarem judicialmente o Tribunal de Justiça de Santa Catarina em quaisquer ações relacionadas ao preenchimento de vaga de Desembargador pelo quinto constitucional da

advocacia, decorrente da Lei Complementar n. 679/16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALISSON DE BOM DE SOUZA  
Procurador-Geral do Estado

## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

### PARECERES

#### PARECER Nº 486/20-PGE

**PROCESSO:** FCC 2069/2020

**INTERESSADA:** Fundação Catarinense de Cultura - FCC

**AUTOR:** Marcos Alberto Titão

**EMENTA:** Ações emergenciais destinadas ao

setor cultural durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo no 6, de 20 de março de 2020. Lei "Aldir Blanc". Renda Emergencial Mensal. Prorrogação por dois meses, nos termos do §2º do art. 5º da Lei no 14.017, de 29 de junho de 2020. Possibili-

dade, condicionada ao repasse futuro de recursos pela União Federal. Beneficiários da renda emergencial mensal. Maioridade Civil. Inexistência do requisito expresso na Lei. Viabilidade ao recebimento, condicionada à escolha do gestor público estadual. Mulher provedora em família

PARECERES

monoparental. Identidade de gênero feminino no registro civil como suficiente à concessão em dobro do benefício (art. 6o, §2o). Inviabilidade de dispensa das certidões de regularidade com as Fazendas Estadual ou Municipal da sede do beneficiário. Requisitos expressamente definidos em lei em sentido estrito. Competência da União para legislar sobre normas gerais de licitações e contratações públicas. Viabilidade de prorrogação da validade das CND's e CPEN. Candidaturas às eleições municipais. Impossibilidade de habilitação como beneficiário da Lei "Aldir Blanc" sob pena de malferir a isonomia do pleito eleitoral. Utilização do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) para licitações e contratações de quaisquer obras, serviços, compras, alienações e locações durante o estado de calamidade pública. Possibilidade. Necessária vinculação aos prazos previstos no art. 15 da Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011. Inviabilidade de combinação entre as diversas modalidades licitatórias.

**PARECER N° 487/20-PGE**

**PROCESSO:** PGE 4195/2020

**ASSUNTO:** Prorrogação de Contrato

**INTERESSADO:** Advancis Max Equipamentos Eletrônicos Eireli.

**AUTOR:** Loreno Weissheimer

**EMENTA:** Contrato de Prestação de Serviços. Sistema de Controle de Frequência. Prorrogação. Possibilidade. Existência de Previsão Contratual. Aplicabilidade do artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93. Serviços prestados de forma contínua. Existência de previsão orçamentária. Minuta de Termo Aditivo Adequada.

**PROCESSO N° 488/20-PGE**

**PROCESSO:** PGE 4167/2020

**ASSUNTO:** Prorrogação de Contrato

**INTERESSADO:** Ilha Service Tecnologia e Serviços Ltda.

**AUTOR:** Loreno Weissheimer

**EMENTA:** Contrato de Prestação de Serviços de Informática. Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos de Informática (hardware e software). Prorrogação. Possibilidade. Existência de Previsão Contratual. Aplicabilidade do artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93. Serviços prestados de forma contínua. Existência de previsão orçamentária. Minuta de Termo Aditivo Adequada.

**PARECER N° 489/20-PGE**

**PROCESSO:** PGE 4597/2019

**ASSUNTO:** Termo de Cooperação Técnica

**INTERESSADOS:** Procuradoria-Geral do Estado e Advocacia-Geral da União

**AUTOR:** Loreno Wiessheimer

**EMENTA:** Cooperação técnica. Convênio de natureza não financeira. Ausência de transferência de recursos de um participe para o outro. Cláusulas essenciais presentes. Prorrogação da Vigência do Acordo. Possibilidade.

**PARECER N° 490/20-PGE**

**PROCESSO:** PGE 4087/2020

**ASSUNTO:** Prorrogação de Contrato

**INTERESSADO:** Webjur Processamento de Dados Ltda.

**AUTOR:** Loreno Weissheimer

**EMENTA:** Contrato de Prestação de Serviços. Serviço de Pesquisas de Publicações e Informações dos Diários de Justiça. Prorrogação. Possibilidade. Existência de Previsão Contratual. Aplicabilidade do artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93. Serviços prestados de forma contínua. Existência de previsão orçamentária. Minuta de Termo Aditivo Adequada.

**PARECER N° 492/20-PGE**

**PROCESSO:** SEF 5613/2020

**INTERESSADA:** Secretaria de Estado da Fazenda

**AUTORA:** Carla Schmitz de Schmitz

**EMENTA:** Direito Administrativo. Termo Aditivo de Cooperação entre o Estado de Santa Catarina e o Tribunal de Justiça. Integração de Sistemas Informatizados SIGEF e ERP. Interesse do Estado. Conformidade jurídica e formal em relação ao termo de cooperação original. Possibilidade.

**PARECER N° 494/20-PGE**

**PROCESSO:** SES 7407/2012

**INTERESSADA:** Margaret Hasse

**AUTOR:** André Filipe Sabetzki Boeing

**EMENTA:** Abono da Lei Complementar 479/2010. Incorporação ao vencimento pela Lei Complementar 538/2011. Reflexo sobre a vantagem pessoal nominalmente identificável da Lei Complementar 323/2006. Impossibilidade. Não caracterização de revisão geral.

**PARECER N° 495/20-PGE**

**PROCESSO:** SSP 4124/2009

**INTERESSADO:** Gilson Rateke

**AUTOR:** Nathan Matias Lopes Soares

**EMENTA:** Direito administrativo. servidor da secretaria de segurança pública. perito criminal do igp. adicional de permanência. entendimento de percepção indevida. modificação de interpretação da aposentadoria especial dos servidores do igp após concessão do adicional de permanência. efeitos prospectivos. erro da administração pública. boa-fé objetiva do servidor verificada. segurança jurídica. desnecessidade de ressarcimento dos valores ao

erário público.

**PARECER N° 496/20-PGE**

**PROCESSO:** SCC 13464/2020

**INTERESSADA:** Casa Civil

**AUTOR:** André Doumid Borges

**EMENTA:** Autógrafo de projeto de lei n.o 16/2020, de iniciativa parlamentar que altera a Lei no 16.733, de 2015, que 'Consolida as Leis que dispõem sobre o reconhecimento de utilidade pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina, para adequação com a Lei Nacional no 9.790, de 1999, que Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPS)". Matéria de organização interna do Poder Legislativo. Ausência de vícios de constitucionalidade ou legalidade.

**PARECER No 497/20-PGE**

**PROCESSO:** SCC 13459/2020

**INTERESSADA** Casa Civil (DIAL)

**AUTOR:** Marcelo Mendes

**EMENTA:** Autógrafo. Projeto de Lei n. 257/2020. Política Estadual para a População Migrante. Política de assistência social. Enunciados de baixa densidade normativa. Reprodução de princípios e objetivos. Ausência de vício. Submissão ao CONSUP. Uniformização de orientação jurídica.

**PARECER N° 498/20-PGE**

**PROCESSO:** SCC 13448/2020

**ORIGEM:** Casa Civil

**AUTOR:** Silvio Varela Junior

**EMENTA:** Autógrafo de Projeto de Lei nº 123/2019. Estabelece hipóteses de vedação referentes à denominação de bens públicos. Matéria examinada no âmbito da PGE – Par. 216/2019. Constitucionalidade da medida legislativa. Recomendação para a sanção do Autógrafo do PL.

**PARECER N° 499/20-PGE**

**PROCESSO:** SES 64414/2020

**INTERESSADA:** Secretaria de Estado da Saúde

**AUTOR:** Marcelo Mendes

**EMENTA:** Auxílio financeiro federal. Santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos. Instrumento jurídico adequado aos repasses. Limites de acréscimo estabelecidos pela Lei Federal n. 13.979/2020. Orientação técnica. Portaria n. 1.393 de 21 de maio de 2020, do Ministério da Saúde. Termo aditivo ao contrato, convênio ou instrumento congênere vigente ou firmar novo instrumento. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e Lei nº 13.995, de 5 de maio de 2020. Regime jurídico próprio das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pú-

PARECERES

blica. Lei Estadual n. 17.989. Termo aditivo ao contrato, convênio ou instrumento congênere vigente. Hospitais Filantrópicos e Clínicas de Hemodiálise. Possibilidade de novo instrumento. Limitação. Santa Casa.

**PARECER Nº 500/20-PGE**

**PROCESSO:** SCC 13603/2020

**INTERESSADA::** Casa Civil

**AUTOR:** André Doumid Borges

**EMENTA:** Autógrafo de projeto de lei n.º 284/2020, de iniciativa governamental que “altera a Emenda Parlamentar de Relator no 815 ao Anexo I da Lei no 17.875, de 2019, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2020, e estabelece outras providências.” Ausência de máculas de ordem legal ou constitucional.

**PARECER Nº 501/20-PGE**

**PROCESSO:** SCC 13597/2020

**INTERESSADA:** Casa Civil

**AUTOR:** André Emiliano Uba

**EMENTA:** Autógrafo de Projeto de Lei. Proposição de origem parlamentar que “Altera a Lei no 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências”. Constitucionalidade, com exceção do art. 1o, que invade a competência privativa da União para dispor sobre condições para o exercício de profissões.

**PARECER Nº 503/20-PGE**

**PROCESSO:** SJC 46397/2016

**INTERESSADO:** Secretário de Estado da Administração Prisional e Socioeducativa

**AUTORA:** Ligia Janke

**EMENTA:** ausência do grau de escolaridade exigido para o cargo. curso livre de teologia que não se enquadra na definição de curso superior. viabilidade jurídica da anulação do ato de posse pela via administrativa ou judicial. desnecessidade de instauração de processo administrativo disciplinar. Preservação da validade dos atos praticados pelo servidor no exercício das atribuições funcionais, ainda que fundadas em vínculo nulo. dispensa de reposição ao erário dos vencimentos percebidos.

**PARECER Nº 505/20-PGE**

**PROCESSO:** PGE 4189/2020

**ASSUNTO:** Prorrogação de Contrato

**INTERESSADO:** Catarinense Ar Condicionado Ltda.

**AUTOR:** Loreno Weissheimer

**EMENTA:** Contrato de Prestação de Serviços. Manutenção dos Condicionadores de Ar das Procuradorias Regionais da Região do Pla-

nalto. Possibilidade. Existência de Previsão Contratual. Aplicabilidade do artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93. Serviços prestados de forma contínua. Existência de previsão orçamentária. Minuta de Termo Aditivo Adequada.

**PARECER Nº 506/20-PGE**

**PROCESSO:** PGE 4188/2020

**ASSUNTO:** Prorrogação de Contrato

**INTERESSADO:** Laudecio Felisbino Me.

**AUTOR:** Loreno Weissheimer

**EMENTA:** Contrato de Prestação de Serviços. Manutenção dos Condicionadores de Ar das Procuradorias Regionais das Regiões Oeste, Norte e Vale do Itajaí. Possibilidade. Existência de Previsão Contratual. Aplicabilidade do artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93. Serviços prestados de forma contínua. Existência de previsão orçamentária. Minuta de Termo Aditivo Adequada.

**PARECER Nº 507/20-PGE**

**PROCESSO:** PGE 4040/2019

**INTERESSADA:** Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina

**AUTOR:** André Doumid Borges

**EMENTA:** Contrato de locação de imóvel. Termo aditivo. Redução do índice de reajuste. Possibilidade. Art. 65, inciso II, da Lei Federal no 8.666, de 1993.

**PARECER Nº 508/20-PGE**

**PROCESSO:** SEF 1808/2019

**INTERESSADA::** Secretaria de Estado da Fazenda

**AUTOR:** Marcelo Mendes

**EMENTA:** 1o Termo aditivo epistolar. Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito no 18.2.0424.1. Retificação do termo da última prestação. Mera adequação à declaração de eficácia emitida pelo BNDES. Baixa densidade jurídica. Legalidade.

**PARECER Nº 510/20-PGE**

**PROCESSO:** SCC 13774/2020

**INTERESSADA:** Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC.

**AUTOR:** Evandro Régis Eckel

**EMENTA:** Pedido de Diligência. Proposta de Sustação de Ato n.º0016.3/2020, pelo qual “ficam sustadas as multas e outras penalidades aplicadas aos veículos que emitidas que tenham sido aplicadas por causa de participação em evento/carreata no dia 4 de agosto de 2020, no Município de Lages”. O controle previsto no art. 40, inciso VI, da Constituição Estadual (em simetria com o art. 49, V, da Constituição da República) é limitado e restringe-se às hipóteses de extrapolação do poder regulamentar, não se

aplicando aos atos administrativos que não se destinem à regulamentação de leis. Princípio da Separação dos Poderes (art. 2o da CRFB e no art. 32 da CESC/89. Hipótese de óbice jurídico à tramitação da Proposta de Sustação de Ato.

**PARECER Nº 511/20-PGE**

**PROCESSO:** SCC 12112/2020

**INTERESSADO:** Município de Quilombo

**AUTORA:** Carla Schmitz de Schmitz

**EMENTA:** Convênio. Alteração de cronograma de desembolso. Apostilamento. Período Eleitoral. Conduta Vedada. Lei n° 9.504/97. Decreto Estadual no 27/2011. Lei Complementar 101/2000. Precedentes da PGE nos pareceres nos 310/2018 e 442/2019. Impossibilidade.

**PARECER Nº 512/20-PGE**

**PROCESSO:** PGE 4151/2020

**ASSUNTO:** Prorrogação de Contrato

**INTERESSADO:** Neuron Serviços Administrativos Ltda. Me.

**AUTOR:** Loreno Weissheimer

**EMENTA:** Contrato de Prestação de Serviços. Prestação de Serviços de Apoio à Gestão e Melhoria de Processos das Áreas Meio e Fim da Procuradoria Geral do Estado. Alteração do Preâmbulo do Contrato em razão da Alteração da Razão Social e Nome Fantasia da Contratada. Possibilidade. Existência de Previsão Contratual. Aplicabilidade do artigo 57, II, e 62, II, da Lei n. 8.666/93. Serviços prestados de forma contínua. Existência de previsão orçamentária. Minuta de Termo Aditivo Adequada.

**PARECER Nº 513/20-PGE**

**PROCESSO:** SEF 9169/2020

**INTERESSADA:** Secretaria de Estado da Fazenda

**AUTOR:** André Filipe Sabetzki Boeing

**EMENTA:** Repasse de recursos financeiros aos Consórcios Intermunicipais de Saúde de Santa Catarina, mediante execução de emenda parlamentar impositiva à lei orçamentária anual. Ampliação do acesso aos serviços médicos de alta e média complexidade. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais. Incidência do art. 73, VI, “a”, da Lei no 9.504/1997. Caracterização de transferência voluntária. Emenda decorrente da discricionariedade do parlamentar, e não de preceito constitucional ou legal. Obrigatoriedade de concretização da emenda referente a um momento posterior do ciclo orçamentário, qual seja, a execução. Dependência de condicionantes para o implemento do repasse, tais como a inexistência impedimentos de ordem técnica. Ausência de direito



PARECERES

subjetivo ao recebimento dos recursos respectivos pelo destinatário da emenda. Exegese do art. 166, § 13, da CRFB. Não transmutação da natureza jurídica da transferência. Parecer nº 442/19 da PGE/SC e Acórdão 287/2016 do TCU. Não incidência do art. 73, § 10, da Lei das Eleições. Ausência de distribuição gratuita de bens. Formalização dos repasses mediante convênio. Existência de contrapartida inerente a esse instrumento legal.

**PARECER Nº 514/20-PGE**

**PROCESSO:** PGE 3752/2020

**ASSUNTO:** Licitação - Inexigibilidade

**INTERESSADO:** Procuradoria-Geral do Estado e Lex Editora S/A.

**AUTOR:** Loreno Weissheimer

**EMENTA:** Administrativo. Licitação. Assinatura da Plataforma Virtual – Magister Net. Período de 12 (doze) meses. Representante exclusivo. Singularidade do objeto. Incisos I e II do art. 25 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Inviabilidade de competição. Inexigibilidade de licitação.

**PARECER Nº 516/20-PGE**

**PROCESSO:** SCC 13911/2020

**INTERESSADA:** Casa Civil

**AUTORA:** Helena Schuelter Borguesan

**EMENTA:** Pedido de diligência. Projeto de Lei, de origem parlamentar, que “Altera a Lei no 12.854, de 2003, que ‘Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais’, para proibir que animais apreendidos, pela autoridade competente, em razão de maus-tratos e de zoonose, sejam devolvidos aos seus tutores”. Competência concorrente dos entes federados para legislar sobre fauna (art. 24, VI, da CF/88). Projeto em consonância com o regime constitucional e legal acerca da matéria. Inexistência de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. Constitucionalidade.

**PARECER Nº 517/20-PGE**

**PROCESSO:** PGE 3692/2020

**ASSUNTO:** Licitação - Inexigibilidade

**INTERESSADO:** Procuradoria-Geral do Estado

**AUTOR:** Loreno Weissheimer

**EMENTA:** Administrativo. Licitação. Renovação de assinatura de periódicos – Lex Editora S/A: “Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico e Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil”. Inexigibilidade de licitação. Representante exclusivo. Singularidade do objeto. Incisos I e II do art. 25 da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Inviabilidade de competição.

**PARECER Nº 518/20-PGE**

**PROCESSO:** SCC 14071/2020

**INTERESSADA::** Casa Civil

**ASSUNTO:** Autógrafo do Projeto de Lei no 244.8/2019

**AUTORA:** Carla Schmitz de Schmitz

**EMENTA:** Autógrafo. Projeto de Lei 244.8/2019, de iniciativa parlamentar. Proibição de uso de bórax na fabricação de slimes, gelecas e produtos similares destinados a crianças. Direito à saúde. Proteção da Infância e Juventude. Competência concorrente (artigos 24, XII e XV, e §§ 1º a 4º da CF e artigo 10º, XII e XV, e §§ 1º a 3º da CE). Sanções diversas das previstas na Lei Federal no 6.437/97 e no Código Sanitário Estadual (Lei Estadual no 6.320/1983). Ofensa aos artigos 196 e 203, I da CF e artigos 53 da CE e 157, I, da CE. Destinação das multas ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados. Contrariedade a normas de direito financeiro e orçamentário. Lei Federal no 4.320/1964. Leis Estaduais no 5.254/1976 e 15.694/2011. Inconstitucionalidades formal e material configuradas.

**PARECER Nº 519/20-PGE**

**PROCESSO:** SCC 14075/2020

**INTERESSADA:** Casa Civil

**AUTOR:** Evandro Régis Eckel

**EMENTA:** Autógrafo de projeto de lei. Proposição de origem parlamentar, que “Estabelece normas para evitar a propagação de doenças transmitidas por vetores – febre amarela (*Aedes albopictus*) e dengue (*Aedes aegypti*) no Estado de Santa Catarina”. Competência legislativa concorrente sobre proteção à saúde. Art. 24, XII, da CRFB. Constitucionalidade. Criação de atribuições a órgão integrantes do Poder Executivo. Iniciativa de lei privativa do Governador do Estado. Art. 50, § 2º, VI, da CESC/89. Invasão de competências inerentes ao Poder Executivo. Art. 71, I e IV, “a”, da CESC/89. Ofensa ao princípio da separação dos Poderes. Art. 32 da CESC/89. Inconstitucionalidade do art. 5º.

**PARECER Nº 521/20-PGE**

**PROCESSO:** PMSC 35338/2017

**INTERESSADO:** Luiz Alberto Sinhorim

**AUTOR:** Loreno Weissheimer

**EMENTA:** Processo Administrativo Disciplinar. Conselho de Disciplina. Soldado PM. Penalidade de Exclusão a Bem da Disciplina. Cumprimento dos Requisitos Legais. Recurso de Queixa. Temporário. Conhecimento e Desprovisionamento. Penalidade mantida.

**PARECER Nº 522/20-PGE**

**PROCESSO:** SCC 14079/2020

**INTERESSADA::** Casa Civil

**AUTOR:** André Emiliano Uba

**EMENTA:** Autógrafo de Projeto de Lei. Proposição de origem parlamentar que “Institui, no âmbito do Estado de Santa Catarina, o selo ‘Empresa ECOnciente’”. Recomendação de veto parcial.

**PARECER Nº 523/20-PGE**

**PROCESSO:** PGE 1960/2020

**ASSUNTO:** Licitação - Dispensa

**INTERESSADO:** E-mais Editora

**AUTOR:** Loreno Weissheimer

**EMENTA:** Administrativo. Licitação. Contrato de Prestação de Serviço. Impressão de 200 exemplares da 9ª edição da Revista da PGE - 2020. Dispensa de Licitação. Existência de Previsão Legal. Aplicabilidade do artigo 24, II, da Lei nº 8.666/93. Existência de previsão orçamentária. Possibilidade.

**PARECER Nº 524/20-PGE**

**PROCESSO:** SST 1945/2020

**INTERESSADA:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social

**AUTORA:** Carla Schmitz de Schmitz

**EMENTA:** Consulta. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social - SDS. Reunião extraordinária da Comissão de Gestores Bipartite – CIB. Cofinanciamento. Assistência Social. Repasse. Período eleitoral. Estado de Calamidade Pública decretado. Decreto Legislativo Nacional no 06/2020. Decreto Legislativo Estadual no 18.332/2020. Decreto Executivo Estadual no 562/2020, com redação dada pelos Decretos no 651/2020 e 890/2020. Pandemia COVID-19 Coronavírus SARS-CoV-2. Possibilidade expressamente excepcionada pela Lei no 9.504/1997.

**PARECER Nº 525/20-PGE**

**PROCESSO:** PGE 4181/2020

**ASSUNTO:** Prorrogação de Contrato

**INTERESSADO:** BRXNQ Telecomunicações Ltda.

**AUTOR:** Loreno Weissheimer

**EMENTA:** Contrato de Prestação de Serviços. Prestação de Serviço de Link Dedicado com Velocidade Simétrica, Wixx Corp Fibra 30/30 Mb Dedicado, para a Procuradoria Especial em Brasília. Possibilidade. Existência de Previsão Contratual. Aplicabilidade do artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93. Serviços prestados de forma contínua. Existência de previsão orçamentária. Minuta de Termo Aditivo Adequada, desde que haja a Correção do Termo Inicial da Prorrogação.

**PARECER Nº 526/20-PGE**

**PROCESSO:** PGE 4190/2020

**ASSUNTO:** Prorrogação de Contrato

PARECERES

**INTERESSADO:** Inova Ar Condicionado Eireli Me

**AUTOR:** Loreno Weissheimer

**EMENTA:** Administrativo. Contrato de Prestação de Serviços. Manutenção Preventiva e Corretiva dos Aparelhos de Ar Condicionado das Procuradorias Regionais da Região Sul. Prorrogação Contratual. Possibilidade. Existência de Previsão Contratual. Aplicabilidade do artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93. Serviços prestados de forma contínua. Existência de previsão orçamentária. Minuta de Termo Aditivo Adequada.

**PARECER Nº 530/20-PGE**

**PROCESSO:** SJC 43123/2019

**INTERESSADO:** Nilson Júlio da Silva

**AUTOR:** Evandro Régis Eckel

**EMENTA:** Aposentadoria voluntária. Servidor público. Indeferimento pelo IPREV. Ausência de comprovação de investidura no cargo por meio de concurso público. Enquadramento em cargo diverso (agente penitenciário), com natureza e atribuições absolutamente diversas daquele no qual foi o servidor admitido (técnico em contabilidade). Infringência ao art. 37, II, da CRFB e ao art. 21, I, da CESC/89. Súmula Vinculante 43 do STF. Precedente do TJSC. Direito à aposentadoria no cargo em que foi admitido no serviço público, caso o servidor tenha preenchido todos os requisitos necessários.

**PARECER Nº 533/20-PGE**

**PROCESSO:** PGE 4113/2020

**ORIGEM:** Procuradoria-Geral do Estado.

**INTERESSADO:** Softplan Planejamento e Sistemas Ltda.

**AUTOR:** Loreno Weissheimer

**EMENTA:** Contrato de Prestação de Serviços. Prestação de Serviço de Suporte Técnico Local, mediante a Alocação de Profissional Técnico na Sede da Procuradoria-Geral do Estado. Prorrogação. Possibilidade. Existência de Previsão Contratual. Aplicabilidade do artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93. Serviços prestados de forma contínua. Existência de previsão orçamentária. Minuta de Termo Aditivo Adequada.

**PARECER Nº 534/20-PGE**

**PROCESSO:** PGE 1815/2016

**INTERESSADO:** Associação dos Advogados das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista de Santa Catarina (ADVESC)

**AUTORA:** Carla Schmitz de Schmitz

**EMENTA:** honorários advocatícios. Advogados das estatais. Parecer COJUR/PGE nº 447/2017. Regulamentação. Resolução CPF/SEF nº 02/2018. Possibilidade

**PARECER Nº 535/20-PGE**

**PROCESSO:** PGE 4764/2020.

**INTERESSADOS:** Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e Intelvoice Tecnologia Ltda.

**AUTOR:** Loreno Weissheimer

**EMENTA:** Contrato de Prestação de Serviços. Prestação de Serviços de Administração e Gerenciamento de Rede e Serviços, Suporte Técnico Níveis 1 e 2 em Tecnologia da Informação em Plataforma Microsoft (Servidor e Estação). Aditivo de Prorrogação de Prazo. Existência de Previsão Contratual. Aplicabilidade do artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93. Serviços prestados de forma contínua. Existência de previsão orçamentária. Minuta de Termo Aditivo Adequada. Possibilidade.